

Senado analisa informações bancárias e promete sigilo

por Marta Salomon
de Brasília

O senador Jamil Haddad (PSB-RJ) começa hoje a analisar cerca de mil saques bancários acima de NCz\$ 1 milhão ocorridos nas vésperas da edição do plano econômico. As informações chegaram no final da tarde de ontem depois de 75 dias de espera e uma longa polêmica em torno do sigilo bancário. São oito pacotes vigiados dia e noite por seguranças do Senado, segundo determinação do presidente Nélson Carneiro (PMDB-RJ).

"Não tenho a intenção de atingir a privacidade de ninguém", afirmou Haddad, autor do requerimento de informações enviado em março à ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello. O senador disse que pretende convocar uma sessão secreta do Senado caso identifique algum grande saque feito por pessoas das relações familiares de integrantes do governo ou por empresários ligados à campanha de Fernando Collor de Mello à Presidência.

"O Senado não quebrará o sigilo bancário", garantiu Nélson Carneiro ao procurador-geral da República, Aristides Junqueira Alvarenga. O procurador telefonou a Nélson Carneiro "preocupado" com a eventual quebra do sigilo, contou o presidente na sessão de ontem. "Não sei se sua exceléncia se conformou", disse o senador.

"A quebra do sigilo do Plano Collor é muito mais grave que a quebra do sigilo bancário", argumentou Jamil Haddad. Ele afirma ter recebido denúncias de grandes saques cujos autores teriam se beneficiado de informações privilegiadas do governo. A partir de hoje, o senador contará com a ajuda de dois advogados para vasculhar a listagem fornecida pelo Banco Central. "Quanto menos

gente, melhor", comentou o senador. Um dos advogados, segundo Haddad, é "profundo conhecedor de operações bancárias".

O ponto de partida do senador é a denúncia de um saque de NCz\$ 650 milhões ocorrido no dia 12 de março.

Haddad considerou "extremamente negativa" a falta de informações do governo sobre operações feitas durante o feriado bancário. Ele suspeitava de operações irregulares e pretendia divulgá-las imediatamente. As informações do governo limitaram-se ao dia 13 de março, véspera do feriado.

Os oito pacotes que chegaram ontem ao Senado trazem apenas parte das informações requeridas à ministra da Economia. No máximo em 30 dias, o governo pretende completar

as informações, garantiu o assessor parlamentar do Ministério, Edson Garcia. Junto com o chefe de gabinete da ministra, Sérgio Nascimento, ele levou as informações 40 minutos antes de terminar o prazo dado pelo Senado.

O senador Nélson Carneiro reservou um cofre para a guarda dos documentos a pedido de Haddad. O líder do governo, senador José Ignácio Ferreira (PST-ES), pediu o reforço da segurança. "Para que não haja um minuto sequer sem vigilância", recomendou o líder. Ele voltou a dizer que o governo é o primeiro interessado na apuração de todas as denúncias e na punição "exemplar" dos autores.

O vice-líder do governo, Ney Maranhão (PRN-PF), pediu o reforço da segurança pessoal de Jamil Had-

dad, responsável agora pelo sigilo das informações. "Se houver quebra, o senador estará responsável", disse o senador José Fogaça (PMDB-RS). "O sigilo bancário é um direito da cidadania e deve ser preservado", completou Fogaça.

As informações sobre os saques acima de NCz\$ 500 mil ocorridos de 15 de fevereiro a 15 de março foram pedidas à ministra Zélia Cardoso de Mello em 29 de março.

A recusa ao requerimento de informações enquadraria a ministra em crime de responsabilidade, segundo o artigo 50 da Constituição. A ministra concordou em responder ao requerimento na semana passada, apesar de o plenário do Senado não ter votado o pedido. Ele só foi apresentado pela mesa daquela Casa.